

## AS POSSIBILIDADES E OFERTAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ALTINHO-PE

Rita de Cássia Luna Fernandes<sup>1</sup>

Ana Maria Tavares Duarte<sup>2</sup>

### Resumo

A presente pesquisa de trabalho de conclusão de curso intitulada “As possibilidades e ofertas do atendimento educacional especializado nas escolas públicas municipais de Altinho-PE” tem por questão problema “Quais são as características do Atendimento Educacional Especializado-AEE, ofertado pelas escolas públicas municipais do município de Altinho-PE?” Diante dessa questão construímos os seguintes objetivos: identificar as deficiências e transtornos atendidas nas salas de recursos multifuncionais das escolas públicas municipais de Altinho-PE, analisar os recursos multifuncionais disponibilizados pela secretária de educação do município de Altinho-PE nas salas de Atendimento Educacional Especializados e descrever quais são os profissionais que atuam nas salas de Atendimento Educacional Especializado e suas práticas pedagógicas utilizadas no atendimento. Compreendemos que o Atendimento Educacional Especializado-AEE é de suma importância para o desenvolvimento das crianças com necessidades específicas e é um direito constitucional desses estudantes. Para tratar sobre os estudos da inclusão e do Atendimento Educacional Especializado, esta pesquisa fundamentou-se no Manual de Implantação das Salas de Recursos (2010), Educação Inclusiva: a fundamentação filosófica (2004), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e Mantoan (2003). A metodologia pautou-se na pesquisa qualitativa (Minayo, 1995) e de campo (Prestes, 2008), a fonte foi as salas de recursos multifuncionais das escolas do município de Altinho-PE, teve como sujeitos 6 professores que trabalham na rede municipal de ensino como professores do AEE. Para realizar a coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, e a observação participante. Os resultados apontam que o município de Altinho-PE oferece o atendimento educacional especializado, mas, apenas em 3 escolas urbanas e as mesmas precisam de investimento de investimento em materiais pedagógicos inclusivos e reestruturação do espaço físico.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado-AEE, Educação Inclusiva, Sala de Recursos Multifuncionais.

### 1 INTRODUÇÃO

Durante a minha trajetória na graduação e na vida profissional, tive contato com estudantes que tinham autismo, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH),

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco - CAA. E-mail: ritafernandes1235@gmail.com

<sup>2</sup> Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> na Universidade Federal de Pernambuco - CAA. E-mail: familliaduarte@uol.com.br

deficiência física e intelectual e assim me despertou a curiosidade e o interesse em estudar e conhecer mais para poder ajudá-los, esse interesse surgiu a partir da disciplina de Educação Especial a qual tive na graduação. No ano de 2023 assumi uma sala de segundo ano, a qual tinha 3 crianças com TDAH e 4 em processo de investigação, desde então comecei a pesquisar para ajudá-los no seu desenvolvimento, visto que a nossa formação enquanto estudante da graduação em pedagogia deveria ter mais disciplinas sobre a educação inclusiva para dar conta de didáticas e metodologias para trabalhar com os estudantes que possuem deficiências e transtornos. Então comecei a conhecer o Atendimento Educação Especializada e assim despertei-me para a pesquisa no AEE do município no qual atuo como professora.

Diante do colocado, a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil teve seu início tardiamente o qual passou por várias etapas, como: a exclusão, integração e atualmente o início do processo de inclusão. Assim, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/SEESP por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), destinando apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do AEE aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

Contudo, os municípios ainda estão implantando esse programa que precisa ser discutido e cobrado, pois já se passaram anos da instituição desse programa e de leis, e a implementação foi realizada em poucas escolas municipais, dessa forma os estudantes com deficiência tem seus direitos negados, o que dificulta no desenvolvimento e na aprendizagem desses discentes.

No que tange a relevância acadêmica, a educação inclusiva é um dos pilares da educação pública brasileira que precisa de mais discussões e estudos, visto que é necessário incluir todos os estudantes e assegurar sua permanência nas escolas. É preciso que todas as escolas tenham as salas de recursos multifuncionais e professores e profissionais que atuem no Atendimento Educacional Especializado. É preciso que os professores das salas de aula regulares se atentem as suas práticas pedagógicas para incluir todos os estudantes como traz Mantoan (2003, p.15): “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.” É necessário que a escola seja um espaço para todos.

Diante do colocado, esse estudo busca analisar como está sendo oferecido o atendimento educacional especializado nas escolas públicas de Altinho-PE. Como problema

de pesquisa nos indagamos: Quais são as características do Atendimento Educacional Especializado-AEE, ofertado pelas escolas públicas municipais do município de Altinho-PE? Para elucidar essa questão problema, o objetivo geral é investigar o atendimento educacional especializado oferecido pelas escolas públicas municipais na cidade de Altinho-PE.

Para dar conta de responder essas questões, temos três objetivos específicos que são: identificar as deficiências e transtornos atendidas nas salas de recursos multifuncionais das escolas públicas municipais de Altinho-PE, analisar os recursos multifuncionais disponibilizados pela secretária de educação do município de Altinho-PE nas salas de Atendimento Educacional Especializados e descrever quais são os profissionais que atuam nas salas de Atendimento Educacional Especializado e suas práticas pedagógicas utilizadas no atendimento.

Para a organização, o texto está subdividido em quatro seções, além da introdução e conclusão. A primeira seção discute a abordagem histórica da educação inclusiva e o contexto das modalidades do atendimento educacional especializado, a segunda discute as normas de implantação do Atendimento Educacional Especializado, na terceira apresentamos a metodologia e por fim, a quarta seção versamos sobre a análise e resultados obtidos diante da pesquisa.

## **2 ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O CONTEXTO DAS MODALIDADES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

O acesso à educação historicamente caracteriza-se por ter uma visão que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, acontecendo então a exclusão de uma parte, exclusão essa que é afirmada devido as políticas e práticas educacionais que são reprodutoras da ordem social. Com o processo de democratização da educação, surge o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino dão acesso ao ensino, mas continuam excluindo os estudantes que são considerados fora do padrão hegemônico que é imposto nas escolas.

Durante séculos as pessoas com deficiência foram totalmente excluídas da sociedade, das práticas sociais e de quaisquer atividades escolares. As concepções existentes no passado sobre as pessoas com deficiências eram associadas a religiosidade. Inicialmente era visto como um “fenômeno metafísico, determinado pela possessão demoníaca ou pela escolha divina da pessoa para purgação dos pecados de seus semelhantes”. (Brasil, 2004, p. 10), dessa

forma, ocorriam práticas de torturas, castigos, punições e até execuções para quem nascia com essas “anomalias”.

A maneira como a sociedade tratava as pessoas com deficiência durante os séculos passados revela a negligência e o abuso que essas pessoas passaram, quando não eram consideradas seres humanos, possuintes de direitos. Assim, as pessoas com deficiência não tinham nenhum acesso aos processos sociais de cultura, educação e lazer, caracterizando assim o paradigma da exclusão. Com o passar dos anos, o avanço na ciência, na década de 60, ocorre uma mudança na perspectiva da educação das pessoas com deficiência, que passam a ser integradas.

A integração das pessoas com deficiência foi uma luta de anos que foi impulsionada por alguns documentos e legislações que foram surgindo ao passar dos anos, internacionais e nacionais, como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, a Declaração de Jomtien em 1990, a Declaração de Salamanca em 1994, a Convenção de Guatemala em 1999. No Brasil, temos outros marcos legais na legislação que trazem avanço para a educação de pessoas com deficiência, como: a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999), Plano Nacional de Educação (2001), Convenção Interamericana Para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência (2001). A partir dos anos 2000 tivemos muitos avanços devido as legislações que surgiram.

Da segregação total das pessoas com deficiência, passou-se então a integrar as pessoas com deficiência na sociedade, mas, ainda assim os direitos não foram assegurados, ficou cada vez mais evidente que a manutenção de segmentos populacionais minoritários em estado de segregação social, ainda que em processo de atenção educacional ou terapêutica, não condizia com o respeito aos seus direitos de acesso e participação regular no espaço comum da vida em sociedade, como também impedia a sociedade de aprender a administrar a convivência respeitosa e enriquecedora, com a diversidade de peculiaridades que a constituem. (Brasil, 2004)

Contudo, começou então a ser inserido a ideia da necessidade de construção de espaços sociais inclusivos, ou seja, espaços sociais organizados para atender ao conjunto de características e necessidades de todos os cidadãos, inclusive daqueles que apresentam necessidades educacionais especiais. Portanto, associou a ideia da diversidade como fator de enriquecimento social e o respeito às necessidades de todos os cidadãos como pilar central de uma nova prática social: a construção de espaços inclusivos em todas as instâncias da vida na sociedade, de forma a garantir o acesso imediato e favorecer a participação de todos nos

espaços sociais, independente das suas necessidades educacionais especiais, do tipo de deficiência e do grau de comprometimento que estas apresentem. (Brasil, 2004)

A educação para pessoas com deficiência durante muitas décadas não existiu, essas pessoas não tinham acesso aos direitos e as necessidades básicas dos seres humanos como saúde e educação. Com o passar dos anos, através de muita luta foram surgindo documentos, legislações, políticas que dão direitos iguais para todos. Assim, a educação inclusiva passou por fases para de fato se tornar inclusiva.

Com o passar das décadas, as pessoas com deficiência passaram a ser integradas, as quais tinham acesso a escolas especiais e escolas comuns que não eram adaptadas. Ou seja, tinham acesso, mas não tinham a garantia de permanência, pois as pessoas com deficiência precisavam se adequar aos espaços. Com o passar de anos, a educação para as pessoas com deficiência passa a ser inclusiva, onde os espaços precisam se adequar para receber os estudantes e assegurar todos os seus direitos e necessidades que cada um tem, ao contrário da integração. Contudo, o Atendimento Educacional Especializado só surge no ano de 2007.

### **3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Com o passar dos anos e com as lutas e documentos surgidos para o apoio da pessoa com deficiência, a educação brasileira avança e começa a ver as pessoas com deficiência como seres de direitos e deveres, a partir daí busca-se a inclusão dessas pessoas em sociedade. Quebrando o paradigma da integração como traz Mantoan (2003): “A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo. (p. 15). Após um longo período de exclusão, segregação e integração, finalmente chegamos à inclusão. No ano de 2006, o Brasil promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por meio do Decreto nº 6949/2009, no qual, ele assume o compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os âmbitos escolares e da sociedade. Buscando adotar medidas que garantam as condições da inclusão de todos os estudantes no sistema educacional.

Fundamentada nos princípios pedagógicos e nos documentos legais, que trazem igualdade de direitos, condições de acesso e permanência ao sistema educacional inclusivo, a Política Nacional de Educação Especial (2008) define a educação inclusiva como:

como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e o atendimento educacional especializado,

complementar ou suplementar, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular” (p. 5).

A educação inclusiva compreende-se como um processo educacional como um todo, buscando então a reestruturação das escolas, para que supere as classes e as escolas de educação especial, ultrapasse a integração e traga a inclusão de todos os estudantes. Para Mantoan (2003), a inclusão escolar deve ultrapassar os modelos atuais das escolas:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (p. 32)

É preciso que além da reestruturação das escolas, tenham mudanças nas práticas pedagógicas ofertadas pelos professores das salas de aulas regulares e todo o corpo de profissionais que fazem parte do conjunto escolar. Assim, está expresso nas Diretrizes Nacionais da Educação, que todos os estudantes com deficiência ou transtornos devem ser matriculados nas salas de turmas regulares do ensino básico e também devem fazer parte do Atendimento Educacional Especializado, como traz o artigo 1º da Resolução CNE/CEB nº 4/2010:

§ 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização ofertado em sala de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (Brasil, 2010, p. 6)

Contudo, o Atendimento Educacional Especializado deve estar institucionalizado no Projeto Político Pedagógico como dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo na sua organização, Salas de Recursos Multifuncionais, matrículas no AEE de estudantes matriculados no ensino regular, cronograma de atendimentos, plano do AEE individualizado, professores com formação para atuar nas salas de recursos multifuncionais, profissionais como interprete de libras e guias, profissionais de apoio para as atividades diárias, e outros profissionais que atuem no apoio para os estudantes com deficiência de acordo com as necessidades individuais. (Brasil, 2010)

Então, a partir do ano de 2006 com a criação do Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, passa a ser instituído as salas de Atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas brasileiras. Todos os estudantes que são público alvo da

educação especializada, devem fazer parte desse atendimento que deve ser complementar e oferecido no contraturno ao horário do estudante na escola.

A oferta do Atendimento Educacional Especializado busca a formação de professores, a participação da família e da comunidade, e a articulação entre as políticas públicas para que o ensino seja assegurado. Os estudantes público alvo do AEE são estudantes com deficiência de natureza física, mental, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, alterações do desenvolvimento neuropsicomotor, transtorno do espectro autista, estudantes com altas habilidades ou superdotação e transtorno desafiador de oposição. Todos esses estudantes devem ser matriculados nas salas de recursos multifuncionais para que aconteça o atendimento educacional especializado assim, sendo assegurado a inclusão diante a sociedade. (Brasil, 2010).

#### **4 METODOLOGIA**

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o Atendimento Educacional Especializado-AEE oferecido pela rede municipal de ensino do município de Altinho-PE. Para tanto, utilizaremos, enquanto recurso metodológico, a abordagem qualitativa a partir de Minayo (1995), haja vista que a pesquisa considerou aspectos como o contexto, a fala e história dos participantes da pesquisa. Desse modo, segundo a autora:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 1995, p. 21-22).

Na busca por respostas para o problema do nosso trabalho, realizamos uma pesquisa de campo, que segundo Prestes (2008, p. 27) este tipo de pesquisa é desenvolvido principalmente nas ciências sociais, e a define como sendo: “aquela em que o pesquisador, através de questionários, entrevistas, protocolos verbais, observações, etc., coleta seus dados, investigando os pesquisados no seu meio.”. Nesse contexto presume-se que, na abordagem qualitativa, o trabalho de campo amplia a capacidade de discussão do objeto estudado por meio do referencial teórico disponível, despertando o senso crítico do pesquisador acerca da realidade observada.

Na presente pesquisa a aproximação com o campo deu-se por meio da aplicação de entrevista semiestruturada que de acordo com Minayo e Costa é:

quando [...] tomada no sentido amplo de comunicação verbal e no sentido estrito de construção de conhecimento sobre determinado objeto, é a técnica mais utilizada no processo de trabalho qualitativo empírico. Constitui-se como uma conversa a dois ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa de um entrevistador e destinada a construir informações pertinentes a determinado objeto de investigação (2018, p. 141)

Também foi utilizada a técnica de observação participante, para se aproximar e interagir com os participantes da pesquisa, sendo tocada pelas comunidades as quais as escolas pesquisadas estão situadas, para Minayo, a observação participante é:

A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. (1995, p. 59)

A pesquisa foi realizada na cidade de Altinho, localizada no agreste de Pernambuco. Foi feita em todas as escolas que oferecem o Atendimento Educacional Especializado da rede municipal. De acordo com dados da secretária municipal de educação o município tem 20 escolas, 16 localizadas no campo, e 4 na área urbana, dessas 4 da área urbana uma delas é uma creche que atende a educação infantil. Dentre todas essas escolas, apenas três oferecem o atendimento e possuem salas de recursos multifuncionais.

O município conta com uma coordenação da educação inclusiva, a qual tem vários profissionais, como: 1 psicopedagoga, 2 psicólogas, 1 fonoaudióloga, 1 intérprete de libras, 6 professores de AEE e 36 profissionais de apoio escolar. Todos esses profissionais fazem atendimentos periódicos nas 3 escolas urbanas que tem as salas de recursos multifuncionais. Nessa pesquisa, iremos entrevistar os 6 professores de AEE que se encontram nas 3 escolas que oferecem o Atendimento Educacional Especializado.

Iremos chamar de escola A, escola B e escola C. A escola A é situada em um bairro periférico e de área ribeirinha, pois algumas casas se encontram as margens do Rio Una que já causou enchente e alagamentos as casas desses moradores. Os estudantes dessa escola estão situados em uma realidade de dificuldades financeiras, problemas sociais, violência e falta de estrutura familiar. A escola atende ao total de 426 estudantes, dos anos iniciais do ensino fundamental 1º ao 5º ano, dos anos finais do ensino fundamental 6º ao 9º ano e o Ensino de Jovens e Adultos-EJA, funcionando os 3 turnos.

A escola B é localizada em um bairro mais próximo ao centro da cidade, a qual atende estudantes de quase todos os bairros do município e estudantes do campo a partir do 6º ano dos anos finais do ensino fundamental, visto que as escolas do campo só oferecem o ensino

até a conclusão do primeiro ciclo dos anos iniciais do fundamental, a partir do 6º ano esses estudantes passam a frequentar as escolas urbanas. A escola atende a 737 estudantes, do 1º ao 9º ano e ao EJA, funcionando os 3 turnos. A escola C se encontra em um bairro mais distante do centro, se caracterizando como uma escola de bairro, mais familiar. Ela atende a 312 alunos, da educação infantil até o 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental, funcionando apenas de manhã e de tarde. Na tabela abaixo, trago características dos professores participantes dessa pesquisa.

Quadro 1- Dados da formação dos professores participes desse estudo

Participante	Formação (inicial e continuada)	Tempo de docência
Coordenadora municipal da educação inclusiva de Altinho-PE	Inicial: graduação em pedagogia. Continuada: especialização em psicopedagogia clínica e institucional e Atendimento Educacional Especializado-AEE.	26 anos na educação, 4 anos como professora de AEE e 3 anos na coordenação da educação inclusiva.
Professor 1	Inicial: graduação em pedagogia e graduação em educação especial.	2 anos como profissional de apoio e 3 anos como professor de AEE.
Professor 2	Inicial: graduação em pedagogia Continuada: especialização em atendimento educacional especializado e psicomotricidade, e em coordenação pedagógica.	Há 14 anos na educação e 6 anos como professor do AEE.
Professor 3	Inicial: graduação em pedagogia Continuada: especialização em atendimento educacional especializado e psicopedagogia institucional.	Há 8 anos na educação e 3 anos como professora de AEE.
Professor 4	Inicial: magistério Continuada: especialização em atendimento educacional especializado.	30 anos de atuação na educação e 13 anos na área da educação inclusiva.

Professor 5	Inicial: está cursando letras e pedagogia. Continuada: curso de acompanhante terapêutico, protocolo ABLL-R e AFLS, comunicação alternativa, análise e interpretação de desenho infantil e aplicador ABA.	1 ano na educação como professor de AEE.
Professor 6	Inicial: graduação em pedagogia Continuada: está cursando a especialização em atendimento educacional especializado.	Há 31 anos na educação e 6 anos como professora de AEE.

Fonte: autoria própria (2024)

#### 4 ANÁLISE DE DADOS

A entrevista contou com 7 perguntas e aconteceu com a coordenadora da inclusão do município e 6 professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais no atendimento educacional especializado. Iremos chamar de P1, P2, P3, P4, P5, P6 para nos referirmos aos professores das 3 escolas. As escolas serão citadas como escola A, escola B e escola C. Cada uma dessas escolas conta com 2 professores de AEE, profissionais de apoio, psicóloga e atendimentos da fonoaudióloga e psicopedagoga. Traremos uma breve análise a partir das respostas dos professores diante da pesquisa.

Através da entrevista e nas falas dos professores, a partir da primeira pergunta podemos ver que todos eles têm formação inicial, e formação continuada na área da inclusão, seguindo o que o Manual de Implantação das Salas de Recursos Multifuncional (2010) nos diz: “Conforme Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial. (p. 8) Nas falas do P2, P3, P5 e P6 vemos que os mesmos tem especialização em atendimento educacional especializado e o P1 tem graduação em educação especial.

Os professores do atendimento educacional especializado atendem a diversos estudantes, com diversas deficiências, diante da segunda pergunta da entrevista que falava acerca da quantidade de estudantes e os tipos de deficiências e transtornos que eram atendidos, eles falam sobre eles, na fala do P1 e P2 que trabalham na escola A eles dizem que: “Eu atendo 11 estudantes, entre eles estudantes com Transtorno Desafiador de Oposição (TOD), Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Down e Deficiência Intelectual, esses estudantes tem um maior comprometimento e precisam frequentar o AEE.” O P2 que também atua na escola A em sua fala disse que “eu atendo 12 estudantes no AEE e eles tem Transtorno do Espectro Autista, Transtorno Desafiador Opositor e Deficiência Intelectual.”

Os professores P3 e P4, que atuam na escola B, trazem respectivamente que “lá na sala do AEE eu atendo a 20 estudantes que tem transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, deficiência intelectual, autismos e outras com múltiplas deficiências.” O P4 diz: “eu atendo a 14 estudantes na sala de recursos multifuncionais as deficiências e transtornos que eles têm é Autismo, Síndrome de Down, Deficiência Intelectual e Múltipla e Deficiência Física.

Já os professores P5 e P6 que atuam na escola C, que é uma escola mais distante atendem a menos estudantes comparado a quantidade das escolas A e B. O P5 em sua fala diz que: “atendo a 8 estudantes que tem Transtorno do Espectro Autista, Transtorno Desafiador Opositor e Síndrome de Down. Já o P6 ele diz que “atendo a 8 alunos e eles tem Autismo e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).” De acordo com o Manual de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (2010) todas essas deficiências e transtornos atendidos pelos professores do AEE estão dentro das normas de atendimento.

A terceira questão da entrevista foi sobre como acontece o atendimento e as metodologias e práticas pedagógicas utilizadas pelos professores durante o mesmo, os professores da escola A, o P1 falou que “depende da necessidade de cada estudante, jogos pedagógicos, pinturas dirigidas, leitura e escrita, atividades da vida diária, relatórios semestrais sobre o desenvolvimento do aluno.” O P2:

“são utilizadas diferentes atividades de leitura e escrita, jogos diversificados, jogo da memória, quebra-cabeça, diferentes dominós e etc. atividades da vida diária, atividades de matemática, coordenação motora, memória, atenção, concentração. Sempre dependendo das necessidades apresentadas pelos estudantes.”

Os professores da escola B em suas falas mostram que conduzem o atendimento de forma parecida, o P3 diz que: os atendimentos acontecem na sala do AEE e são trabalhadas atividades como jogos pedagógicos, sensorial, psicomotora, coordenação motora fina e ampla

dentre outras. O P4 responde que “as metodologias utilizadas são espaços organizados, material e jogos lúdicos.” Podemos identificar na fala dos professores da escola C, a produção de recursos manuais para a necessidade do estudante, como traz o P5:

“o atendimento acontece em sala específica de recursos multifuncionais, espaço este organizado com materiais didáticos e suporte necessário as necessidades específicas dos estudantes. São utilizados diversos recursos como, comunicação alternativa, material confeccionado para atender especificamente a demanda do estudante.”

O outro professor diz que, “os atendimentos acontecem em uma sala de recursos multifuncionais, espaço esse com suportes necessários às necessidades específicas dos alunos.”

Diante das respostas trazidas pelos professores, podemos ver que não existe uma metodologia específica sendo utilizada e que os materiais pedagógicos utilizados no atendimento são parecidos nas 3 escolas. Percebe-se a falta de materiais de tecnologia assistiva e materiais pedagógicos mais diversificado. A quarta pergunta busca saber o tempo, o horário e a quantidade de vezes que esses estudantes são atendidos durante a semana, o P1 fala que: acontecem no contraturno e duram 40 minutos e acontece uma ou duas vezes por semana, depende do desenvolvimento do estudante.

O P2 fala que “são no contraturno, 40 minutos cada atendimento e são 2 vezes por semana. O P3 diz que: “acontece no contraturno, na sala de AEE de 1 a 2 vezes por semana dependendo da deficiência e necessidade do estudante”. O P4 diz que “os estudantes da cidade são atendidos no contraturno e dura 40 a 50 minutos, alguns são atendidos 2 vezes por semana e outros 1 vez por semana. Os estudantes da zona rural são atendidos no mesmo horário devido à falta de transporte.” Os professores da escola C alegam a mesma situação, o P5 diz: o atendimento dura 40 minutos e acontece 1 ou 2 vezes na semana no contraturno.” O P6 fala que: dura 40 minutos, duas vezes ou uma vez por semana, depende da necessidade do estudante e acontece no contraturno.”

Observamos que o atendimento é ofertado no contraturno ao horário regular do estudante, o que é muito positivo, pois dessa forma não compromete as atividades feitas no horário regular e o atendimento trazido pelos professores se adequa a necessidade específica dos estudantes, o manual de implantação das salas de recursos multifuncionais pontua sobre a necessidade do atendimento no contraturno:

[...]sendo o atendimento educacional especializado – AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular. As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da

escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social. (Brasil, 2010, p.6)

Na quinta pergunta os professores foram questionados acerca dos recursos multifuncionais que devem ser oferecidos pelo governo municipal, então os professores citaram que a secretária de educação municipal oferece:

P1 “jogos lúdicos, computador e tablet, tintas, telas, lápis, giz entre outros.” P2 “jogos lúdicos e pedagógicos, recursos de acessibilidade, tablet, computador entre outros.” P3 “diversos jogos pedagógicos sensorial, notebook, tablet, impressora dentre outros.” P4 “formação para os professores, psicólogo, psicopedagoga, fonoaudiólogo e profissional de apoio, como também recursos pedagógicos e meios tecnológicos.” P5 “materiais didáticos, recursos pedagógicos, mobiliário, recursos de tecnologia assistida e de acessibilidade adequados às necessidades dos alunos.” P6 “psicólogos, psicopedagoga, fonoaudióloga, formações entre outros materiais didáticos, mobiliários, recursos pedagógicos etc.”

Ao analisar as respostas, nota-se a falta de investimentos em materiais específicos de inclusão e acessibilidade. As salas de recursos multifuncionais de acordo com o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2010) devem contar com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, o documento traz dois tipos de salas, sala do tipo I e sala do tipo II:

#### Especificações e características das salas de tipo I

<b>Equipamentos</b>	<b>Materiais Didático/Pedagógico</b>
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colméia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - seqüência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Idéias
<b>Mobiliários</b>	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

Fonte: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (Brasil, 2010)

## Especificações e características das salas de tipo II

<b>Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico</b>
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

Fonte: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (Brasil, 2010)

As salas do tipo II é a junção de todos os materiais citados nas tabelas acima, essa sala tem como intuito atender estudantes que tenham deficiência visual. Diante das respostas dos professores é notório a falta de diversos materiais citados acima, o que dificulta o atendimento educacional especializado. Mas, além dos recursos é necessária uma prática pedagógica inclusiva, de nada vale se os espaços escolares tem todos os materiais e recursos disponíveis se as práticas pedagógicas não são inclusivas. Diante dos questionamentos e das respostas acima podemos notar que os professores trabalham em conjunto e trazem diversidade nas suas atividades buscando incluir todos os estudantes de suas salas de aula, seja a sala de recurso multifuncional ou as salas de aulas regulares.

Os professores também foram questionados na sexta pergunta se o atendimento educacional especializado se estendia para fora da sala de recursos, se tinham profissionais de apoio para os estudantes que precisavam desse suporte, de acordo com o professor 1:

sim os professores da sala regular junto com nós do AEE tem uma interação sobre atividades adaptadas, os profissionais de apoio ficam com os estudantes que tem um comprometimento de ir ao banheiro sozinho, de andar sozinho, com deficiência intelectual baixa, com TEA nível de suporte 2 e 3 e entre outros.”

O professor 2 que também trabalha na escola A também confirma, “sim, os professores de AEE trabalham juntamente com os professores da sala regular. Os profissionais de apoio acompanham os estudantes que apresentam um maior comprometimento social e de aprendizagem.” Os da escola B também confirmam: P3 “dependendo da necessidade do estudante temos profissionais de apoio disponíveis. O P4 “sim, de acordo com a necessidade de cada aluno, ele é acompanhado por um profissional de apoio para ajuda-lo em suas necessidades pedagógicas e socioambientais.”

Os professores da escola C também concordam; P5: “sim, temos profissionais de apoio que colaboram com reforços positivos no desenvolvimento dos estudantes. E o P6: sim, pois de acordo com suas necessidades os estudantes são acompanhados por profissionais de apoio na sala de aula regular, onde são realizadas atividades de acordo com suas necessidades.” De acordo com o Manual de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (2010) é necessário: “profissionais de apoio às atividades da vida diária e para a acessibilidade nas comunicações e informações, quando necessário e articulação entre os professores da educação especial e do ensino regular e a formação continuada de toda a equipe escolar;” (Brasil, p.9) Diante do colocado nesse documento, o AEE do município de Altinho-PE atende a esses requisitos.

Por último, os professores foram questionados se eles acham a escola inclusiva, tanto nas práticas pedagógicas adotadas por toda equipe escolar quanto em relação a estrutura física e o suporte necessário a todos os estudantes, o P1 e P2 da escola A afirmam que sim: P1 “a escola reconhece e respeita as diversidades e responde a cada um de acordo com suas potencialidades, com rampas de acesso, cadeira de rodas, bengala, moleta, material em livros em braile. Todo o suporte necessário para que tenha equidade.” O P2 traz que: a escola é inclusiva, possui rampas de acesso e oferece o suporte necessário para que a inclusão possa acontecer de fato e de direito para todos, reconhecendo e respeitando a diversidade e potencialidade de cada estudante”.

Os professores da escola B também concordam quando falam P3: “sim, a escola é inclusiva, possui rampas de acesso e oferece suporte necessário para os estudantes em geral, não só os estudantes com deficiência, mas todos os estudantes da escola”. O P4 também afirma quando diz: “sim, a escola da qual eu trabalho é inclusiva em todo contexto, desde o ambiente físico social, quanto as práticas pedagógicas”. Os professores da escola C também concordam, mas acreditam que é preciso mais investimento no ambiente físico da escola quando alegam P5: “desempenhamos uma educação inclusiva e um trabalho de equidade. Contudo, os espaços físicos ainda precisam de algumas adequações.” O P6 fala: desempenhamos uma educação inclusiva e um trabalho de equidade. Porém, os espaços físicos ainda precisam de algumas adequações.”

Contudo, é notório que o município tem profissionais e disponibilizam alguns materiais para a inclusão como um todo na cidade. Deveria se estender a creche da cidade e as escolas do campo, visto que o município conta 20 escolas, 4 urbanas e 16 nas áreas do campo e apenas 3 das escolas urbanas possuem salas de recursos multifuncionais e disponibilizam professores para o Atendimento Educacional Especializado e profissionais de apoio. O

documento que regulariza a implantação das salas de recursos o Manual de Implantação das Salas de Recursos foi lançado em 2010, após 14 anos, em um município com 27.000 mil habitantes e apenas 3 salas de recursos foram implantadas na rede municipal de ensino. Contudo, segundo Mantoan (2003):

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (p.32)

Para que aconteça a inclusão, é preciso haver mudanças significativas, na estrutura das escolas, nas práticas pedagógicas dos professores, gestores e todos os participantes da comunidade escolar. A educação brasileira ainda passa pelo paradigma da inclusão e caminha em passos lentos para tornar-se de fato os espaços escolares inclusivos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo dessa pesquisa foi analisar como está sendo oferecido o Atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas de Altinho-PE. Visto que o Atendimento Educacional Especializado é de grande importância para o desenvolvimento dos estudantes que necessitam desse suporte para que possam ampliar suas potencialidades. Para isso, identificamos as escolas que possuem a sala de recursos multifuncionais e os profissionais que nela trabalham. O município de Altinho conta com 20 escolas, 4 urbanas e 16 escolas do campo, dentre essas escolas apenas 3 do espaço urbano oferecem o Atendimento Educacional Especializado. Nessas escolas encontramos 6 professores que atuam no AEE.

Para chegarmos ao resultado dessa pesquisa, realizamos um estudo com esses 6 professores do AEE através de uma entrevista semiestruturada com 7 questões e da observação participante. Diante dos resultados obtidos, de acordo com o Manual de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2010) e das falas dos participantes desta pesquisa, o Atendimento Educacional Especializado oferecido pelo município de Altinho-PE está de acordo com os parâmetros estabelecidos neste documento. É possível observar que as escolas precisam de investimentos em mobiliários, recursos pedagógicos e recursos de acessibilidade para melhor atender as necessidades específicas dos estudantes. Contudo, a rede municipal de ensino oferece professores com especialização em AEE, que utilizam atividades diversificadas de acordo com a necessidade dos estudantes, profissionais de apoio

para os que precisam de mais suporte, atendimentos com a psicóloga, psicopedagoga e fonoaudióloga no ambiente escolar. Dentre os estudantes analisados das 3 escolas, foi identificado estudantes com TEA, TOD, TDAH, Deficiência Intelectual e Múltipla, Síndrome de Down e Deficiência Física.

O município deveria ampliar suas salas de recursos para as demais escolas municipais que tem a necessidade, e oferecer esse atendimento para todos os estudantes altinenses que possuem esse direito. No entanto, nas 3 escolas visitadas que possuem esse atendimento podemos notar que busca ser realizado da melhor forma possível dentre os recursos que os professores tem.

Observamos a importância dessa pesquisa que nos despertou novos questionamentos, com o atendimento educacional especializado, com esse acompanhamento, como se encontra o desenvolvimento desses estudantes? Diante do resultado, e da grande parte das escolas não oferecerem o AEE, como os professores regulares trabalham para incluir os estudantes com necessidades específicas sem a presença dos profissionais que atuam no AEE? Os pais desses estudantes atendidos nas salas de recursos multifuncionais, como avaliam o atendimento e o desenvolvimento dos seus filhos?

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Orientação:** Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC/ SEESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Educação Especial. **Educação Inclusiva:** a fundamentação filosófica. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.11

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4/2009.** Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar:** o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995.

MINAYO, M. C. de S.; COSTA, A. P. **Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa**. Revista Lusófona de Educação, v. 40, p. 130-153, 2018.

PRESTES, M. L. M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3 ed. São Paulo: Rêspel Editora, 2008. 260 p.

RITA DE CÁSSIA LUNA FERNANDES

**AS POSSIBILIDADES E OFERTAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ALTINHO-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Pedagogia do Campus Agreste  
da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na  
modalidade de artigo científico, como requisito parcial  
para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 12/08/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ana Maria Tavares Duarte (Orientadora) Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Ana Maria de Barros (Examinador Interno) Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Ma. Viviane Rauane Bezerra Silva (Examinador Interno) Universidade Federal de  
Pernambuco